

O PERIÓDICO DIGITAL *GAZETA DE SERGIPE* COMO MÍDIA PARA ESTUDO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Mayra Ferreira Barreto ¹

RESUMO

Esta pesquisa propõe a utilização de fontes jornalísticas para compreender como os periódicos abordavam temáticas relacionadas ao período da Redemocratização e da Reabertura Política no Brasil nos anos de 1979 e 1980. Trata-se de uma mídia digital cuja proposta é que seja utilizada como fonte de informação histórica durante o ensino da História do Brasil. Como amostra, foi escolhido o periódico *Gazeta de Sergipe*, pois teve grande circulação na capital do estado de Sergipe no período estudado, e estar digitalizado e disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (Sibiufs). A metodologia desse estudo se construiu através da leitura, catalogação e análise dos editoriais relacionando-os com a produção historiográfica para discutir os principais temas apresentados por esse jornal de grande importância na sociedade sergipana. Com a pesquisa espera-se discutir de forma crítica sobre representações a respeito da Redemocratização e da Reabertura Política do país, além de compreender aspectos da produção do conhecimento historiográfico, observando na prática a utilização do método histórico investigativo, através das fontes jornalísticas sergipanas, disponibilizadas digitalmente e, assim, ampliando o acesso de todos ao estudo do tema pela via tecnológica.

Palavras-chave: Fontes Jornalísticas, *Gazeta de Sergipe*, Redemocratização, Abertura Política, Ensino com Mídias Digitais.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma proposta de utilização de fontes jornalísticas para compreender como os periódicos abordavam temáticas relacionadas ao período da redemocratização e da reabertura política no Brasil. Para a realização deste trabalho, foram selecionadas edições do jornal *Gazeta de Sergipe* entre os anos de 1979 e 1980. As edições do periódico encontram-se digitalizadas e disponíveis para pesquisa no endereço eletrônico <http://jornaisdesergipe.ufs.br>. Neste *site*, podemos encontrar vários exemplares de periódicos do estado de Sergipe entre os séculos XIX e XX. No acervo *on-line* é possível fazer a pesquisa pelo título ou pela data de publicação do jornal, facilitando bastante a tarefa do pesquisador, pois ao invés de ir até arquivos físicos, o acesso digital tanto resguarda a memória dos textos quanto amplia o acesso aos mesmos. A escolha do recorte temporal decorre do interesse em trabalhar com as representações do período adotado a respeito da "distensão" ou "abertura política", que segundo Habert (2001) "combinava a manutenção dos principais mecanismos de repressão e controle com a progressiva institucionalização do regime". Ou seja, "ao mesmo

¹ Graduada em História e Pedagogia. Mestra em Ensino de História/ ProfHistória (UFS).Email: mayra.barreto@outlook.com

tempo que [os militares] continuavam usando o AI-5, a Lei de Segurança Nacional, e o aparelho repressivo, promoviam algumas reformas políticas substituindo progressivamente os chamados ‘atos de exceção’ por outras leis que mantinham o conteúdo principal da dominação política (HABERT, 2001, p. 43 e 44). Dito isto, a pesquisa tem como objetivo selecionar matérias jornalísticas, entre os anos 1979 e 1980, e realizar uma reflexão crítica sobre elas; contribuir para a valorização das questões históricas locais relacionadas à temática nacional; entender de que maneira a *Gazeta de Sergipe* retratava o período da redemocratização e da abertura política no país, e; demonstrar o uso de Tecnologias Digitais no ensino de História, um assunto ainda tido como obscuro durante o Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio.

Durante o regime militar, a *Gazeta de Sergipe* foi um veículo de grande circulação e que exerceu influência na capital sergipana, pois era um periódico publicado diariamente e um dos poucos jornais que continuou circulando depois do golpe de março de 1964. As edições da *Gazeta de Sergipe*, em relação ao período estudado, estão quase todas completas, sendo este um dos motivos que contribuíram para a escolha do jornal como objeto de estudo.

As fontes históricas jornalísticas são importantes registros históricos do presente e do passado. Por meio delas “[...] é possível captar evidências de mudanças, rupturas, continuidades, por exemplo, dos projetos políticos, dos movimentos sociais e culturais, do cotidiano das pessoas, do modo de ser, viver, alimentar-se, vestir-se, etc.” (GUIMARÃES, 2013, p. 337). Dessa forma, as fontes jornalísticas são recursos importantes para a compreensão dos eventos históricos, possibilitando a construção do conhecimento histórico significativo.

Entendemos aqui, as fontes jornalísticas não como meros informantes da realidade, mas, como discursos, prática social, inseridos em um lugar político a partir do qual se fala e que defendem projetos e interesses específicos; que, ao selecionarem e determinarem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, atuam como senhores da memória. De acordo com Gadotti (2007):

[...] as mídias têm grande impacto sobre a vida social e política de um país. Elas são formadoras de opinião, produzem consensos, dirigem a mentalidade popular e, em muitos casos, manipulam a informação para fins econômicos e mercantis. Há jornais que vendem informações para obterem benefícios comerciais. Nenhum jornal é neutro. Sua opinião depende muito de quem o financia, por mais chocante que isso possa parecer à primeira vista (GADOTTI, 2007, p. 57-58).

Dessa forma, devemos compreender os jornais não são reflexo da realidade, ou “verdades dos fatos”, mas representações, uma prática social, que atua na construção de memórias e que podem ser deturpados e marcados por ideologias de quem as escreve. Sendo

assim, este trabalho parte do seguinte questionamento: Como, em tempos de abertura, a imprensa sergipana construiu seu discurso sobre o golpe de 1964; que memórias sobre a ditadura estavam sendo construídas e reconstruídas em torno da redemocratização?

A *Gazeta de Sergipe* foi um periódico diário que circulou na capital sergipana entre os anos de 1956 e 2003. Fundado pelo jornalista Orlando Vieira Dantas, o jornal é uma importante fonte de conhecimento para entendermos as mudanças que ocorreram em Sergipe durante os anos em que o periódico esteve em circulação. Conforme Barreto (2020), Orlando Dantas nasceu no ano de 1900, no município de Capela/SE, filho do usineiro e político Manoel Correa Dantas e de Idalina Dantas. O fundador da *Gazeta de Sergipe* foi uma personalidade de grande influência na sociedade sergipana, devido às atividades que exerceu durante sua vida como jornalista, intelectual, usineiro e deputado estadual e federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) (BARRETO, 2020, p. 33).

A redação do jornal ficava localizada na Avenida Rio Branco, nº 298, bairro Centro, na capital Aracaju. Ele intitulava-se “[...] defensor do progresso do povo sergipano, sempre combatendo as manobras destinadas a manter os privilégios e conseqüentemente o atraso, ignorância e o subdesenvolvimento” (GAZETA DE SERGIPE, 14/01/67).

O jornal *Gazeta de Sergipe*, de acordo com Barreto (2020) “publicava informações sobre crimes, roubos, prisões e queixas da população sergipana, relacionadas à ausência de saneamento, sujeiras e pavimentação nas ruas, infestações de insetos e falta de assistência na saúde pública, denúncias sobre corrupção, a inflação, a dívida externa, entre outras” (BARRETO, 2020, p. 33). O periódico apresentava também diversas propagandas e publicações de atos administrativos da prefeitura e do governo do Estado, além de anúncios profissionais e populares. A *Gazeta de Sergipe* passou tanto pela autocensura quanto pela censura prévia das suas matérias. Na redação do jornal, de acordo com Reis (2014, p. 50) “[...] as notícias eram selecionadas com o maior cuidado possível e na dúvida a ‘decisão deveria ser pelo lápis vermelho’, pois por maiores cerceamentos que houvesse era preferível publicar o que era ordenado ao ter o jornal fechado”.

Em entrevista concedida a coleção *Vozes da Democracia* (2006), o jornalista Ivan Valença, que integrou as equipes do *Gazeta de Sergipe*, relata que o jornal “sofreu um processo de censura a princípio doloroso, censuras assim que éramos obrigados a reduzir uma tiragem de oito páginas por quatro, porque o que se censurava, não dava”, para o redator “nos anos de 60, a gente sofre muito com esse negócio, mas o jornal se manteve, foi difícil conquistar anunciantes nacionais, por força de que todos eles só anunciavam no *Sergipe Jornal*” (ZANELLI, 2006, p. 225). Ainda, conforme Ivan Valença, “vinham sempre as proibições,

mesmo no governo de Geisel. ‘Fica proibido noticiar a prisão de elementos comunistas e tal’. Não se podia noticiar”. Ele relata que nos anos 70, muitos dos seus colegas de trabalho foram presos “teve um momento, que, dos cinco ou seis que trabalhavam comigo, tinha cinco presos. Tinha que fazer o jornal sozinho muitas vezes” (ZANELLI, 2006, p. 231 e 232).

O ano de 1969, marca um fato, que merece destaque na *Gazeta de Sergipe*, pois o fundador do jornal, Orlando Dantas, muda o seu posicionamento e entra para a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que apoiava o regime militar. Ele teria aderido, no auge das repressões, ao partido da situação, com o objetivo de renovar a política de Sergipe e apresentar uma chapa paralela dentro da própria Arena, intitulada “Renovação”. Era o grupo dos empresários, que tinham como finalidade o governo do Estado. Para o estudioso Dantas (2014), a *Gazeta de Sergipe*, se confessava independente, mas demonstrava forte simpatia pelos arenistas.

A partir da década de 1970, principalmente no governo Figueiredo os temas políticos ganharam mais espaço e as referências aos partidos tornaram-se menos negativistas. Consoante, Dantas (2014, p. 270), os editoriais tornaram-se mais receptivos à ideia da abertura e a sociedade civil começou a manifestar-se. A *Gazeta de Sergipe* passou a conceder mais espaço aos parlamentares da oposição, mesmo com a continuidade da censura. “O empresário e jornalista Orlando Dantas desiludido com as perspectivas da ARENA, pediu desligamento de suas fileiras” (DANTAS, 2014, p. 285).

Abria-se cada vez mais espaço para os políticos de oposição e para as novas lideranças sindicais, que começavam a aparecer no fim dos anos 70. De acordo com Abreu “durante o governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar, foi abolida, pela Lei nº 7.170, a interferência da Lei de Segurança Nacional no tocante à legislação de imprensa. Mas somente, com a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, que a imprensa recuperou suas garantias de livre expressão (ABREU, 2002, p. 13). Para a autora, no final dos anos 70 e início dos anos 80, “a censura explícita ou a autocensura dos órgãos de imprensa foi bastante amenizada, e os jornais e revistas, passaram a agir com mais desenvoltura em defesa de volta à democracia, anistia e da liberdade de expressão” (ABREU, 2002, p. 11). Para Abreu, para que o projeto de distensão se concretizasse, o governo deveria permitir a livre manifestação do eleitorado e da imprensa. Essa liberação não foi um movimento linear. Houve idas e vindas, e muitas vezes as negociações com as empresas jornalísticas levaram à substituição da censura, pela autocensura (ABREU, 2002, p. 11).

METODOLOGIA

Para a execução da proposta didática descrita no trabalho, foram consultados: livros, artigos, normas, dissertações, teses e o acervo digital da Universidade Federal de Sergipe. Com a finalidade de compreender o posicionamento do jornal sobre o período da redemocratização e reabertura política, foram analisadas todas as edições de 1º de janeiro de 1979 a 31 de dezembro de 1980, contabilizando aproximadamente 300 exemplares, incluindo os editoriais, os artigos, as reportagens, as entrevistas, as manchetes e os anúncios. Destas edições foram selecionados 60 editoriais, versando sobre: democracia; atentados dos militares da chamada "linha dura"; prorrogação de mandatos eleitorais; críticas ao governo municipal; abertura política; crise nacional; eleições diretas; anistia e organização de partidos políticos.

Depois de realizadas as leituras e a seleção das fontes, elas foram digitadas e organizadas por temáticas para facilitar a análise e a escrita da pesquisa. Os editoriais foram selecionados como fonte principal da pesquisa, pois, apresentam a posição do jornal em torno dos acontecimentos, representando a “voz” do periódico. Na Gazeta de Sergipe, o editorial localizava-se na 3ª página e tinha como diretor responsável, o seu fundador, Orlando Dantas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na *Gazeta de Sergipe*, percebemos vários discursos voltados para divulgar uma imagem positiva da ditadura militar, assim como enaltecer a figura do presidente Figueiredo. Conforme análise realizada, ele era apresentado como homem de senso crítico e valioso exemplo de servir a pátria, era retratado também como uma personalidade de determinação e firmeza admirável, sendo responsável pela reconciliação nacional em benefício da nação brasileira. Figueiredo era propagado “como um homem ao qual tem conduzido a nação pelos caminhos das liberdades democráticas” (GAZETA DE SERGIPE, 10/07/1980 p. 03).

Em um editorial, o jornal relata que durante seu governo, se percebe o “envolvimento do presidente Figueiredo na sua boa-fé de cumprir a sua palavra de restabelecimento do regime democrático no país (GAZETA DE SERGIPE, 13/09/1980 p. 03). Dessa forma, percebemos que, segundo o periódico, o ideal de democracia, deveria ser conduzida pelo presidente Figueiredo e que seu governo “seria responsável pela reorganização dos partidos políticos e a criação de condições de eleições tranquilas livres e honestas”.

De acordo com Rezende (2013), durante o governo de Figueiredo, ficavam fortemente evidenciados os anseios da ditadura para sedimentar uma visão positiva do regime militar que

fosse capaz de se projetar para o futuro (REZENDE, 2013, p. 286). No período na abertura política, foi sendo construída uma mentalidade positiva de estratégia política, em torno da abertura política, que seria conduzida da melhor forma pelo presidente Figueiredo, descaracterizando toda e qualquer mobilização social. Para a autora, os representantes do grande capital nacional, tidos como a vanguarda dos empresários, sugeriam e concordavam com os militares de que somente estes últimos tinham condições de propor um suposto modelo democrático e que nenhum outro segmento da sociedade seria capaz de o fazer (REZENDE, 2013, p. 224 e 225). Dessa maneira, o empenho do regime militar de construir um suposto ideário de democracia deve ser apreendido como elemento central da tentativa de impedir a formação de uma consciência coletiva a respeito do terror e da repressão.

Sobre a crise econômica que o Brasil passava nas décadas de 70 e 80, a *Gazeta de Sergipe*, afirma “que confiamos em Deus e na capacidade de reflexão dos nossos dirigentes que saberão transigir em bem do Brasil, do Progresso e da Ordem” (GAZETA DE SERGIPE, 14/08/1980 p. 03). Segundo o jornal, o governo de Figueiredo deveria conduzir a ordem pública do país e dessa forma “contar com o sentimento cívico do seu povo para enfrentar e vencer os obstáculos, convivendo em paz, interna e externamente e em busca dos valores brasileiros, da agregação do povo e da união nacional” (GAZETA DE SERGIPE, 07/09/1980 p. 03). Para o editorial, “não valia o negativismo de uns, e a insensibilidade de outros, pois a união nacional será o caminho próprio para a superação das dificuldades econômicas que são refletidas diretamente na economia popular” (GAZETA DE SERGIPE, 15/11/1980 p. 03).

De acordo com Rezende (2013), a estratégia militar mostrada, no início da década de 80 passava a insistir que a saída para a crise econômica estava na busca de união nacional. Para a autora, “num clima de acirramento das dificuldades econômicas e de agudização das formas de resistência dos diversos setores sociais, passava-se a divulgar que a solução era buscar o consenso como única maneira de amenizar as divergências e os conflitos sociais (REZENDE, 2013, p. 299). A pesquisadora afirma que “a conexão entre o povo e os militares continuava sendo apresentada, na era da abertura, como um dos elementos centrais do suposto ideário de democracia que o regime se empenhava em formular desde o seu início” (REZENDE, 2013, p. 292).

Em relação a participação do povo na política, a *Gazeta de Sergipe*, apresenta uma opinião favorável a instauração do pluripartidarismo, sendo contrária a emenda constitucional que previa a prorrogação de mandatos de prefeitos, de vice-prefeitos e vereadores para 1982. O jornal afirma que “a formação de partidos seria uma forma de levar o povo a conscientização dos problemas, a renovação dos métodos de administração, dentro de princípios moralizadores,

da justiça social, da participação voluntária de cada um no processo de desenvolvimento, é o que desejam os patriotas brasileiros” (GAZETA DE SERGIPE, 19/07/1979 p. 03).

Na opinião do jornal, cada partido deveria assumir os princípios democráticos pluralista, repelindo tentativas extremistas de direita e de esquerda que iria contra os próprios pilares da democracia (GAZETA DE SERGIPE, 26/05/1979 p. 03). Conforme Rezende, no período da abertura política era preciso criar novos partidos, mas determinar um número, pois a subversão não podia ser aceita, era preciso fazer como Figueiredo sugeria: derrubar quem se colocasse contra a democracia e fosse favorável a um regime de esquerda (REZENDE, 2013, p. 237).

Sobre as greves operárias, o periódico se pronunciava afirmando que o presidente Figueiredo se revela sensível, sendo a inflação a única força responsável pelo surto de greves e insatisfações do povo brasileiro. As greves eram relatadas, na fala de Figueiredo como “insinuações maliciosas daqueles que preferem criar o clima de perturbação, desordem, como aconteceu em 1964” (GAZETA DE SERGIPE, 08/05/1980 p. 03). Para defender o ideal de democracia, segundo o jornal, o “Presidente Figueiredo, não se tem deixado intimidar, pela incivilidade dos inimigos da paz pública” (GAZETA DE SERGIPE, 10/09/1980 p. 03). Dessa forma, os representantes do grande capital continuaram apostando que somente o regime militar tinha capacidade para controlar as forças sociais, instituindo que toda e qualquer mobilização só era admissível se não afrontasse os valores desenvolvidos pelo regime militar. Segundo Rezende (2013), “as greves eram tratadas pelo governo e pelos empresários como um problema de segurança nacional (...) as mesmas atrapalhavam a abertura política e a sua fórmula de democracia” (REZENDE, 2013, p. 234).

Figueiredo era mostrado como o presidente que, dentro da lei, garantiria os direitos legítimos dos grevistas pugnarem por melhoria salarial, e as condições de bem-estar social. Era apresentado como um homem de posição determinada em relação as atitudes perturbadoras da ordem pública (GAZETA DE SERGIPE, 23/08/1979 p. 03). As greves eram apresentadas, segundo Rezende, como um movimento de reivindicações prejudiciais não somente à abertura, mas sim à família, à pátria e à sociedade em geral. Para a autora, se pretendia deslegitimar e criminalizar a greve, com a intenção de extirpar toda e qualquer postura contestatória que vinha florescendo no interior da sociedade, o que implicaria em decretar a intervenção nos sindicatos e a proteção a família dos males provocados por alguns grupos não-comprometidos com os seus valores fundantes (REZENDE, 2013, p. 240).

De acordo com Rezende, durante a reabertura política, divulgava-se, então, de diversas maneiras, que alguns grupos (os grevistas, por exemplo) estavam atrapalhando o projeto do governo. A ideia de subversão entrava, assim, em cena com toda força, propagava-se que alguns

grupos descompromissados com a ordem, a disciplina e outros valores caros à família e à sociedade como um todo, estavam tentando minar os projetos do governo Figueiredo e do próprio regime (REZENDE, 2013, p. 272).

Em relação ao projeto de anistia, o jornal afirma que ela representava a “reconciliação nacional, para que as feridas do passado possam cicatrizar-se definitivamente, sendo necessário que todos os brasileiros comprometidos com ideal democrático deem o melhor de si para assegurar a normalização da nossa vida política” (GAZETA DE SERGIPE, 16/07/1979 p. 03). O projeto de anistia, era representado como um instrumento fortalecedor da ordem democrática e que corresponde às expectativas gerais da nacionalidade, para o jornal, “não merece o projeto do governo resistências ou contestação” (GAZETA DE SERGIPE, 23/05/1979 p. 03).

Em outro artigo de opinião, o periódico relata que, “só se excluem da anistia os condenados pela justiça militar, em razão da prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentados pessoais e que o terrorista, o assaltante, o sequestrador, o agressor de segurança de pessoas inocentes são criminosos distinto daqueles de quem se condenam os atos, no instinto domínio político”. Conforme o editorial, “o terrorista não se volta contra o governo ou o seu regime. Seu crime é contra a humanidade” (GAZETA DE SERGIPE, 28/06/1979 p. 03). Figueiredo era apresentado como um homem compromissado com o perdão, tendo o sentido de conciliação para renovação, dentro da continuidade dos ideais democratizantes de 1964, que hoje reencontram sua melhor e mais grandiosa expressão (GAZETA DE SERGIPE, 28/06/1979 p. 03).

MÍDIAS DIGITAIS E ENSINO DE HISTÓRIA

Segundo Tavares (2015), “as mídias digitais podem ser compreendidas como um conjunto de veículos e aparelhos de comunicação, cujo conteúdo produzido é distribuído em formato digital” (TAVARES, 2015, p. 29). Elas são compostas por computadores multimídia, redes de TV a cabo e, principalmente pela internet.

No campo da educação, as mídias digitais possibilitam várias contribuições para o conhecimento e aprendizagem histórica dos estudantes. Antigamente, uma simples pesquisa histórica carregava toda uma ida a um determinado acervo, para consultar, ler, entender, interpretar, para assim, construir um texto. Hoje com o auxílio da internet, várias plataformas virtuais e acervos digitais ligadas a arquivos, museus, bibliotecas entre outros, estão disponíveis na palma da nossa mão, só basta um clique. Dessa maneira, as mídias digitais, vem permitindo novas oportunidades de pensar, de ensinar e de aprender História, facilitada por uma infinidade

de acesso a diversos tipos de documentos que podem auxiliar na construção do conhecimento histórico mais dinâmico e voltado para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

Infelizmente, ainda temos na nossa realidade educacional um ensino que tem no professor o foco principal do processo de aprendizagem, o uso dominante dos livros didáticos, a memorização de conteúdos, e as aulas expositivas que não possibilitam diálogos com o presente e a realidade dos discentes. O papel do educador na sociedade da informação requer muita criatividade e reflexão diante de novas propostas e atividades com as tecnologias digitais. O professor deve conhecer e saber usar os recursos digitais, para orientar os estudantes na pesquisa, além de fazer relações entre os conteúdos estudados.

De acordo com Furtado (2021), “as mídias digitais, pode desenvolver nos educandos maneiras de reconhecer e entender as narrativas que são constitutivas das variadas representações da História” (FURTADO, 2021, p.22). Sendo assim, o uso das mídias digitais pode contribuir para modificar a visão, ainda estabelecida, de um ensino centrado na figura do professor como único transmissor de conhecimentos históricos. Para Tavares (2015), “a inserção das mídias digitais possibilita uma aprendizagem mais centralizada no aluno, o professor passa a ser um mediador ou motivador entre o aprendiz e sua aprendizagem” (TAVARES, 2015, p, 34). Consoante a autora, para que o uso das mídias digitais seja significativo aos estudantes “é preciso que se explicita e defina a sua intenção, bem como as problemáticas a serem tratadas” (TAVARES, 2015, p, 34). Outra contribuição importante, em relação ao uso das tecnologias digitais, no ensino de História é o estudo de Selva Guimarães, para a autora (2017):

[...] a pesquisa em sites didáticos de História requer um esforço do professor e do coletivo de alunos para não reduzir a atividade de "pesquisa" a uma cópia mecânica [...] o que poderia ser feito sem qualquer emprego do computador. Se os alunos não forem devidamente orientados, a informática pode ser colocada a serviço de concepções muito restritas de conhecimento histórico, assumindo um papel mais limitado do que aquele que um manual ou mesmo uma enciclopédia costumavam e costumam desempenhar. O trabalho de refletir sobre informações, explicações, análises, de articulá-las a outras e de desenvolver um raciocínio histórico deve ser parte da operação de aprendizagem histórica. A orientação do docente e o diálogo com outros universos de informação e interpretação podem evitar esses usos factuais estéreis de informações de sites (GUIMARÃES, 2017, p. 367 e 368).

É de fundamental importância, que o educador saiba orientar os seus alunos a selecionar e despertar o pensamento crítico diante os documentos históricos disponíveis. O docente deve ter conhecimento de como utilizar as das tecnologias digitais na educação, uma vez, que muitas

das vezes não foi formado para o uso pedagógico dessas tecnologias. Segundo Tavares, outro fator que tem contribuído para o uso não correto, das mídias digitais na sala de aula “é a utilização de maneira tradicional, onde muitas vezes a internet é utilizada como um grande banco de dados, o vídeo como instrumento para ocupar o tempo de toda aula sem nenhuma contextualização e o Power Point como substituição do quadro de sala de aula (TAVARES, 2015, p. 31). Conforme Silva (2018), para o uso eficiente das mídias digitais no ensino de História, o professor deve possibilitar ao estudante um letramento histórico-digital. Para o autor, “no processo de aprendizagem do aluno exige que o docente incentive a participação, a interação, a pesquisa, o debate, o diálogo. Se usadas adequadamente as mídias digitais como forma de potencializar as ideias e pensamento histórico dos sujeitos” (SILVA, 2018, p. 64).

As mídias digitais jornalísticas na educação básica possibilitam que o aluno compreenda que o passado é constituído de diferentes atores e que tem seus interesses e pontos de vistas. Conforme Furtado (2020), “o professor pode desenvolver com os alunos diversas atividades que incentivem a habilidade de questionar a origem e exatidão das informações que circulam nas mídias digitais bem como a intencionalidade e perspectivas de mundo dos produtores desse tipo de conteúdo”. Ainda segundo o autor, o educador deve “levantar questões sobre a origem, o autor e sua intencionalidade ao propagar tais informações” (FURTADO, 2021, p. 26).

A utilização de mídias digitais no período da redemocratização política do regime autoritário de 1964 a 1985 é um avanço importante no ensino de História. Por muito tempo arquivos, deste período, foram negados, assim com a falta de interesse de setores políticos que causaram o desconhecimento de boa parte da sociedade brasileira. De acordo com Gasparotto e Padrós (2010), “o esquecimento organizado e induzido é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, o que impede a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum” (GASPAROTTO E PADRÓS, 2010, p. 194). Dessa maneira, a utilização das mídias históricas permite um maior acesso à informação e ao exercício da memória e sua transmissão que devem ser legitimados, para isto, o professor deve manter-se informado e conectado a fontes de informação sérias, confiáveis, atualizadas e críticas, estimulando a leitura crítica daquilo que a mídia coloca através dos seus diversos veículos e suportes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, dedicamo-nos a utilizar fontes jornalísticas como recurso didático para o ensino de história, especialmente com temáticas relacionadas ao período da

Redemocratização e da Reabertura Política no Brasil nos anos de 1979 e 1980. A pesquisa conseguiu atingir os objetivos propostos, na medida em que discutiu em diferentes perspectivas as questões relacionadas ao uso de fontes jornalísticas sergipanas como recurso didático no ensino de História. Por meio dela, observamos a posição do jornal em relação à Reabertura Política no Brasil, constatando-se que suas publicações contribuíram para apoiar a abertura “lenta, segura e gradual”, projeto defendido pelos militares a partir de pactos e acordos controlados pela cúpula do poder. Como podemos perceber, as ideias propagadas no jornal, contribuíram para um suposto ideal de democracia comandada pelos militares. Como herança, temos hoje, sobretudo, as marcas da frustração e da impunidade. A ausência de uma verdadeira ruptura, em relação a outros países da América Latina que vivenciaram regimes autoritários, tornou a transição brasileira, uma transição inconclusa.

O trabalho também contribuiu para ampliar o debate sobre o ensino de História no contexto da era digital e para uma formação de sujeitos que aprendam a pensar historicamente, apropriando-se de tecnologias digitais e para a formação crítica do aluno a respeito de práticas autoritárias, para que sempre atuem em defesa aos direitos humanos e da democracia acima de quaisquer circunstâncias.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Mayra Ferreira. **Abordagem de temáticas da ditadura civil-militar no Jornal “Gazeta de Sergipe” (1968 – 1978)**. Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional de Ensino de História (PROFHISTÓRIA) – São Cristóvão, SE, 2020.
- FURTADO, Ronaldo Everton Araujo Vieira. **Questionando a história, das mídias digitais à sala de aula: a investigação histórica para a autonomia crítica do estudante do ensino médio**. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.
- GADOTTI, Moacir. **O jornal na escola e a formação de leitores**. Brasília: Ed. Líber, 2007.
- GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar em sala de aula: Desafios e compromissos com o resgate da História Recente e da memória. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Est: Exclamação: ANPHU/RS, 2010.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984 (partidos e eleições num Estado autoritário)**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2014.



HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira.** São Paulo: Ed. Ática (Série Princípios), 2001.

REIS, Carla Darlem Silva dos. Gazeta de Sergipe: “Gazeta Combativa”? (1959-1968). **Revista Crítica Histórica.** Ano V, n. 10, p. 37-63, dezembro/2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. O papel da imprensa aracajuana durante o governo militar: análise da Gazeta de Sergipe. **Cadernos do Tempo Presente.** Edição n. 06, 2012.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984.** Londrina: Eduel, 2013.

SILVA, Danilo Alves da. **Letramento Histórico-Digital: ensino de História e tecnologias digitais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Natal, RN, 2018.

SILVA, João Batista Teófilo. **Ditadura militar, imprensa e abertura política no Ceará: jornais Correio da Semana e o Povo.** Revista Ars Histórica, ISSN 2178-244X, nº12, Jan/Jun 2016, p. 209-228.

TAVARES, Luana Ciciliano. **A Educação Histórica e as Mídias digitais construindo o conhecimento histórico em sala de aula.** Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional em História. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande do Sul, 2015.